

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM
FACULDADE DE ESTUDOS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ANÁLISE E ECONOMIA

LUCAS ARAÚJO CALADO

MORTALIDADE EMPRESARIAL NO BRASIL DE 2020 - 2024
UMA ANÁLISE À LUZ DA MACROECONOMIA MARXISTA

MANAUS - AM
2025

LUCAS ARAÚJO CALADO

MORTALIDADE EMPRESARIAL NO BRASIL DE 2020 - 2024
UMA ANÁLISE À LUZ DA MACROECONOMIA MARXISTA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), como requisito para obtenção do título em bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Berti de Azevedo Barros

MANAUS - AM

2025

LUCAS ARAÚJO CALADO

MORTALIDADE EMPRESARIAL NO BRASIL DE 2020 - 2024

UMA ANÁLISE À LUZ DA MACROECONOMIA MARXISTA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) como requisito para obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 04/12/2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof.º Dr.º Paulo Berti de Azevedo Barros - UFAM
Orientador

Prof.º Ms. Anderson Litaiff Feitosa da Costa - UFAM
Avaliador

Prof.º Dr.º Geási Moraes - UFAM
Avaliador

Dedico este trabalho aos que sonham, lutam e persistem; aos que, mesmo quando a realidade se mostra dura, ainda encontram força para caminhar. Se este trabalho existe, é porque, como diria Harvey, nenhuma construção sólida se ergue sozinha: ela se faz na confluência de ideias, afeto e lutas compartilhadas. Este trabalho, portanto, é também de vocês.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais por terem prestado todo o suporte necessário para a conclusão do curso, aos amigos que fiz durante essa jornada por terem mostrado diferentes visões e perspectivas acerca de diversos assuntos e a todos os professores que detêm e conseguem nos passar o conhecimento mais aprofundado e refinado sobre economia.

*“Onde há miséria, há desordem social, e onde há desordem, há injustiça”
- Charles Fourier*

RESUMO

Este trabalho analisa a mortalidade empresarial no Brasil entre 2020 e 2024 sob a ótica da macroeconomia marxista, buscando compreender de que forma as crises cíclicas, o endividamento e a dependência estrutural da economia nacional contribuíram para o fechamento de empresas no período. A pesquisa, de caráter qualitativo e exploratório, fundamenta-se nos aportes teóricos de Karl Marx, David Harvey e Ruy Mauro Marini, abordando as dinâmicas de destruição e recomposição do capital, a financeirização e a subordinação das economias periféricas. A partir da análise de casos concretos — como as falências de Americanas, Itapemirim, Ricardo Eletro e SuperVia — o estudo evidencia que a mortalidade empresarial não decorre apenas de falhas de gestão, mas de um processo estrutural de concentração e centralização do capital. Conclui-se que a reprodução das crises e a eliminação de empresas menos competitivas expressam a lógica contraditória do capitalismo dependente brasileiro.

Palavras-chave: Mortalidade empresarial. Crises econômicas. Macroeconomia marxista. Dependência. Financeirização.

ABSTRACT

This paper analyzes business mortality in Brazil between 2020 and 2024 from a Marxist macroeconomic perspective, aiming to understand how cyclical crises, indebtedness, and the structural dependency of the national economy contributed to the shutdown of companies during this period. The research, qualitative and exploratory in nature, is based on the theoretical frameworks of Karl Marx, David Harvey, and Ruy Mauro Marini, addressing the dynamics of capital destruction and recomposition, financialization, and the subordination of peripheral economies. Through the analysis of concrete cases — such as the bankruptcies of Americanas, Itapemirim, Light, and Gol Linhas Aéreas — the study reveals that business mortality is not merely the result of managerial failure but a structural process of capital concentration and centralization. It concludes that the recurrence of crises and the elimination of less competitive firms express the contradictory logic of dependent Brazilian capitalism.

Keywords: Business mortality. Economic crises. Marxist macroeconomics. Dependency. Financialization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Contraste entre Selic, inflação e empresas encerradas de 2020 – 2024.....	22
Gráfico 1 – Variação do PIB brasileiro a preços de mercado (2010 – 2020).....	25
Figura 2 - Release de resultados do 1T de 2022.....	33
Gráfico 2 - Fluxo das atividades econômicas com mais empresas fechadas no primeiro quadrimestre de 2022.....	34
Figura 3 - Lei de movimento do capitalismo segundo Marx.....	35

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
SELIC	Taxa básica de juros da economia
IPCA	Índice de preços ao consumidor amplo
CNI	Confederação Nacional da Indústria
PIB	Produto interno bruto

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Delimitação do tema	12
1.2 Formulação do problema de pesquisa.....	12
1.3 Objetivo geral.....	12
1.4 Objetivos específicos.....	13
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	14
2.1 Karl Marx e a lógica da acumulação e destruição do capital.....	14
2.2 David Harvey e a financeirização das crises contemporâneas.....	14
2.3 Ruy Mauro Marini e a dependência estrutural latino-americana.....	15
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	16
3.1 A empresa no capitalismo e sua função social.....	16
3.2 Crises e a lógica da acumulação de capital.....	17
3.3 Dependência, subdesenvolvimento e mortalidade empresarial.....	18
3.4 O crédito como paliativo e fator de vulnerabilidade.....	19
3.5 Inflação, encarecimento e impactos sobre a mortalidade empresarial.....	20
3.6 Síntese da fundamentação teórica.....	21
4 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	22
5 RESULTADOS DA PESQUISA E DISCUSSÃO.....	23
5.1 Panorama econômico brasileiro (2020-2024)	23
5.2 Dólar, Selic e custo de crédito.....	25
5.3 Crise de insumos, dependência e cadeias produtivas.....	27
5.4 Casos de falência e recuperação judicial (2020-2024)	29
5.5 Crítica ao Sebrae e o discurso da má gestão.....	34
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
6.1 Limitação de pesquisa.....	36
REFERÊNCIAS.....	37

1 INTRODUÇÃO

A mortalidade empresarial é um fenômeno recorrente em economias capitalistas, refletindo tanto a dinâmica competitiva do mercado quanto as fragilidades estruturais que afetam pequenos, médios e grandes empreendimentos. No Brasil, entre 2020 e 2024, este processo ganhou novas dimensões, impulsionado por fatores internos e externos, como a alta inflação que atingiu dois dígitos em 2021 e que esteve acima da meta desde o início da pandemia de acordo com os dados do IBGE e BACEN, elevação da taxa de juros a partir de setembro de 2020, alcançando a marca dos 10% em março de 2022, valorização do dólar em relação ao real e mudanças no comportamento do consumo. Esse período, marcado também pela pandemia de Covid-19 e pela instabilidade política, evidenciou as contradições do sistema econômico, no qual a sobrevivência das empresas está diretamente relacionada à capacidade de enfrentar oscilações conjunturais e às desigualdades inerentes à dinâmica de acumulação capitalista.

Sob a perspectiva da macroeconomia marxista, a análise da mortalidade empresarial permite compreender além dos aspectos conjunturais, destacando-se a lógica de concentração de capital, a redução das margens de lucro e a vulnerabilidade das empresas menores diante da centralização econômica. A teoria marxista fornece subsídios para interpretar não apenas os impactos imediatos da crise sobre os negócios, mas também a tendência estrutural de eliminação dos menos competitivos, como parte do próprio funcionamento do capitalismo. Assim, investigar as empresas que não resistiram ao período em questão é também examinar os limites do modelo de desenvolvimento vigente e suas implicações para a economia brasileira.

A relevância deste trabalho justifica-se pela necessidade de compreender as causas e os efeitos da mortalidade empresarial em um recorte histórico recente e turbulento, marcado por choques econômicos e sociais significativos. Identificar como fatores macroeconômicos, como inflação, custo do crédito e instabilidade cambial, contribuíram para a redução da atividade empresarial possibilita uma reflexão crítica sobre políticas públicas, estratégias de mercado e perspectivas de desenvolvimento econômico. Além disso, o estudo contribui para o debate acadêmico e social ao fornecer elementos que auxiliem na formulação de medidas voltadas à redução das

fragilidades estruturais que levam ao fechamento de empresas, impactando diretamente o emprego, a renda e o progresso econômico do país.

1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA

O presente trabalho delimita-se ao estudo da mortalidade empresarial no Brasil no período de 2020 a 2024, considerando as especificidades macroeconômicas que caracterizaram esses anos. Trata-se de um recorte temporal marcado por choques externos e internos, pandemia da COVID-19, crises sanitária e social, retração da atividade econômica, inflação persistente, elevação das taxas de juros e instabilidade cambial, que expuseram de forma aguda as contradições estruturais do capitalismo dependente.

O objeto de análise abrange empresas de diferentes portes, pequenas, médias e grandes, em setores relevantes da economia nacional, como comércio, serviços, indústria e turismo. A escolha desse recorte justifica-se pela necessidade de compreender como choques macroeconômicos afetam de maneira diferenciada cada porte empresarial, contribuindo para processos de concentração de capital e exclusão de pequenos empreendedores do mercado.

1.2 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

A mortalidade empresarial, muitas vezes explicada por órgãos institucionais a partir de uma ótica individualizante, centrada em falhas de gestão e carências de inovação, demanda ser reinterpretada sob uma perspectiva crítica e estrutural. As crises econômicas recentes sugerem que tais explicações são insuficientes para compreender a dimensão do fenômeno no Brasil.

Diante disso, o problema de pesquisa que orienta este trabalho é:

Como a inflação persistente, a variação cambial e o custo elevado do crédito influenciaram a mortalidade empresarial no Brasil entre 2020 e 2024, sob a ótica da macroeconomia marxista?

1.3 OBJETIVO GERAL

Analisar os determinantes da mortalidade empresarial no Brasil entre 2020 e 2024, sob a ótica da macroeconomia marxista, considerando os impactos da variação cambial, da inflação e do custo do crédito.

1.4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Investigar a relação entre a variação do dólar e os custos de produção/importação e sua influência na mortalidade empresarial.
2. Examinar o impacto da inflação sobre os custos de insumos, salários e demanda agregada.
3. Avaliar como a elevação do custo do crédito afetou a sobrevivência empresarial, especialmente no acesso a capital de giro.
4. Relacionar os resultados empíricos às categorias da macroeconomia marxista (queda da taxa de lucro, crises de superprodução, capital fictício e concentração).
5. Comparar os efeitos da conjuntura macroeconômica sobre empresas de diferentes portes (pequenas, médias e grandes).

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 KARL MARX E A LÓGICA DA ACUMULAÇÃO E DESTRUIÇÃO DO CAPITAL

Karl Marx (2017) constrói a base teórica para compreender o funcionamento do capitalismo a partir da lógica da acumulação. O autor demonstra que a reprodução do capital está condicionada à exploração da força de trabalho e à constante busca por valorização, processo que leva à produção de mercadorias em escala crescente. Essa dinâmica, entretanto, não ocorre de forma linear: o sistema é atravessado por crises periódicas, nas quais ocorre a destruição de capital excedente e a reconfiguração das estruturas produtivas.

Marx afirma que essas crises são inerentes ao próprio modo de produção capitalista, resultado da contradição entre o crescimento da produção e a limitação do consumo social. O capital tende a expandir-se além da capacidade do mercado de absorver as mercadorias, gerando superprodução, desemprego e fechamento de empresas. Nesse sentido, a mortalidade empresarial surge como manifestação concreta da lei do valor, em que apenas os capitais mais eficientes sobrevivem ao ciclo de crise, concentrando poder econômico e ampliando as desigualdades sociais.

2.2 DAVID HARVEY E A FINANCEIRIZAÇÃO DAS CRISES CONTEMPORÂNEAS

David Harvey (2011) amplia a análise marxista ao contextualizar as transformações do capitalismo na era da globalização e da financeirização. O autor argumenta que o sistema encontrou, no crédito e nas finanças, mecanismos de adiamento das crises, convertendo contradições produtivas em endividamento. Essa “solução temporária” intensifica as desigualdades, pois subordina a produção à lógica especulativa e torna o capital produtivo dependente da circulação financeira.

No contexto brasileiro, as políticas de juros elevados e a volatilidade cambial reforçam a vulnerabilidade das empresas, sobretudo de pequeno e médio porte. O crédito caro e o endividamento crescente criam um ambiente de acumulação por despossessão, expressão usada por Harvey para designar a apropriação de riqueza por meio da financeirização. Assim, a destruição de empresas durante períodos de instabilidade, como entre 2020 e 2024, não é mero efeito conjuntural, mas uma expressão da reorganização capitalista guiada pelo capital financeiro, que redefine as fronteiras entre sobrevivência e falência.

2.3 RUY MAURO MARINI E A DEPENDÊNCIA ESTRUTURAL LATINO-AMERICANA

Ruy Mauro Marini (1973) insere a análise marxista no contexto latino-americano ao desenvolver a teoria da dependência. Para o autor, as economias periféricas, como a brasileira, estão subordinadas estruturalmente ao centro capitalista, funcionando como exportadoras de valor e importadoras de dependência tecnológica e produtiva. Essa subordinação faz com que o desenvolvimento econômico nacional ocorra de forma desigual e subordinada, reproduzindo a vulnerabilidade industrial e a concentração de renda.

Marini observa que a dependência não é apenas externa, mas também interna, pois as burguesias locais atuam articuladas aos interesses do capital estrangeiro, reproduzindo a lógica da superexploração da força de trabalho. No caso brasileiro, a elevada mortalidade empresarial decorre dessa inserção subordinada: empresas nacionais enfrentam altos custos de produção, juros elevados e concorrência internacional desleal, o que perpetua o ciclo de acumulação dependente e destruição produtiva.

Dessa forma, a teoria de Marini complementa as formulações de Marx e Harvey ao demonstrar que, em economias dependentes, a crise é não apenas um mecanismo de recomposição do capital, mas também um instrumento de perpetuação da dependência econômica e tecnológica.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 A EMPRESA NO CAPITALISMO E SUA FUNÇÃO SOCIAL

O ponto de partida para compreender a mortalidade empresarial é a definição do papel da empresa no sistema capitalista. Como destaca Marx (2017 [1867]), a empresa não é apenas uma unidade produtiva, mas a materialização da relação social do capital, cujo objetivo central é a valorização do valor. Nesse sentido, a sobrevivência ou a falência das empresas não pode ser analisada isoladamente como resultado de decisões individuais de gestão, mas como parte de uma dinâmica estrutural.

Coase (1937) em a teoria da firma, apresentada em seu artigo, *The Nature of the Firm*, explica por que as empresas existem ao focar na diminuição dos custos de transação que seriam incorridos ao operar no mercado aberto. Coase argumentou que as empresas surgem porque, para certas atividades, o custo de organizar a produção internamente (usando uma estrutura hierárquica) é menor do que os custos de usar o sistema de preços do mercado, como pesquisar informações e negociar contratos. As empresas crescem até que o custo de realizar uma atividade internamente seja maior do que o custo de realizá-la através do mercado.

Hirschman (1958) reforça a importância das empresas como agentes de encadeamentos produtivos, que podem gerar desenvolvimento ou, ao contrário, revelar os limites de uma economia periférica. No contexto brasileiro, a alta mortalidade empresarial expõe não apenas problemas de gestão, mas também a vulnerabilidade estrutural de uma economia dependente e sujeita a crises cíclicas.

3.2 CRISES E A LÓGICA DA ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

A teoria marxista das crises é essencial para compreender a fragilidade da sobrevivência empresarial. Marx (2017 [1894], Livro III) mostra que a tendência decrescente da taxa de lucro e a superacumulação de capital resultam em crises periódicas, que atingem diretamente a base produtiva e as pequenas e médias empresas.

David Harvey (2011), em *O Enigma do Capital*, amplia essa análise ao demonstrar como o capital busca constantemente novas formas de absorver

excedentes. Segundo o autor, quando não encontra saídas estáveis, o resultado é a destruição de capitais e o fechamento de empresas, um movimento que não deve ser confundido com incompetência administrativa, mas com uma necessidade estrutural do sistema.

Essa leitura contrasta com a visão de órgãos como o Sebrae (2022), que frequentemente atribuem a mortalidade das empresas exclusivamente a falhas de planejamento dos empresários, desconsiderando os condicionantes macroeconômicos que limitam sua sobrevivência.

3.3 DEPENDÊNCIA, SUBDESENVOLVIMENTO E MORTALIDADE EMPRESARIAL

A contribuição da teoria da dependência é fundamental para compreender a especificidade brasileira. Ruy Mauro Marini (1973) destaca que o subdesenvolvimento não é uma etapa transitória, mas uma forma de inserção subordinada no capitalismo mundial. Esse padrão implica em vulnerabilidade externa, restrições tecnológicas e concentração de renda, fatores que repercutem diretamente na fragilidade empresarial.

No campo da TMD, a questão da dependência é tratada, principalmente, com base na concepção de Lenin sobre o imperialismo. De acordo com Marini, a dependência deve ser entendida como: [...] uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida (Marini, 2005a, p. 141). Inserida nessa concepção de dependência, a transferência de valor (Marini, 2005a) indica que a inserção dos países dependentes na dinâmica do capitalismo é realizada a partir de uma divisão internacional do trabalho, onde cabe à periferia, num primeiro momento, na condição de economia exportadora não industrializada, a produção de matérias-primas e gêneros alimentícios. Do ponto de vista substantivo, essa inserção contribuirá para que o deslocamento do eixo da acumulação dos países industrializados passasse da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa (idem, p. 144).

Após a consolidação da industrialização dos países dependentes (anos 1950), agrega-se à produção de matérias primas e gêneros alimentícios a produção de bens de consumo não duráveis. Além dessa característica, os bens de consumo duráveis são produzidos a partir da associação com o capital internacional (empréstimo, investimento externo direto, pagamento de royalties...) e/ou comprando mercadorias do exterior, principalmente relacionadas ao capital constante, necessárias para a produção desses bens (Marini, 2005a; Amaral; Carcanholo, 2012). Esse processo de inserção subordinada da economia latino-americana no sistema mundial capitalista é produto, entre outros fluxos, da transferência de valor desde as economias dependentes para as economias centrais. Marini (2005a) identifica dois mecanismos que efetivam, desde o fluxo centro-periferia, a transferência de valor: 1. a produção de mais-valia extraordinária, baseada na maior produtividade; 2. o monopólio de produção. Tanto um mecanismo quanto o outro possibilitam que os bens produzidos pelos países industrializados sejam vendidos por um preço acima de seu valor, provocando nos países importadores a necessidade de dispor de mais valor para obter tais bens³. A consequência desse processo, conforme explica Marini:

Não é precisamente a de se contrapor à transferência de valor que implica, mas compensar a perda da mais-valia, e que, incapaz de impedi-la no nível das relações de mercado, a reação da economia dependente é compensá-la no plano da produção interna (Marini, 2005a, p. 154).

Por esse motivo, Marini defende a tese de que a dinâmica da dependência implica a configuração da superexploração da força de trabalho como elemento estrutural do processo de produção e reprodução das relações sociais dos países periféricos, como forma de compensar a perda de mais-valor operada pela troca desigual. Em suas palavras:

Chamada para contribuir com a acumulação de capital com base na capacidade produtiva do trabalho, nos países centrais, a América Latina teve de fazê-lo mediante uma acumulação baseada na superexploração do trabalhador. É nessa contradição que se radica a essência da dependência latino-americana (Marini, 2005a, p. 162).

Furtado (1974) e Prebisch (1949) também argumentam que as economias periféricas sofrem com restrições estruturais, nas quais o empresariado local enfrenta dificuldades de competir e se consolidar. Nesse sentido, a mortalidade das empresas deve ser entendida como parte de um processo histórico de dependência, e não apenas como resultado da má gestão.

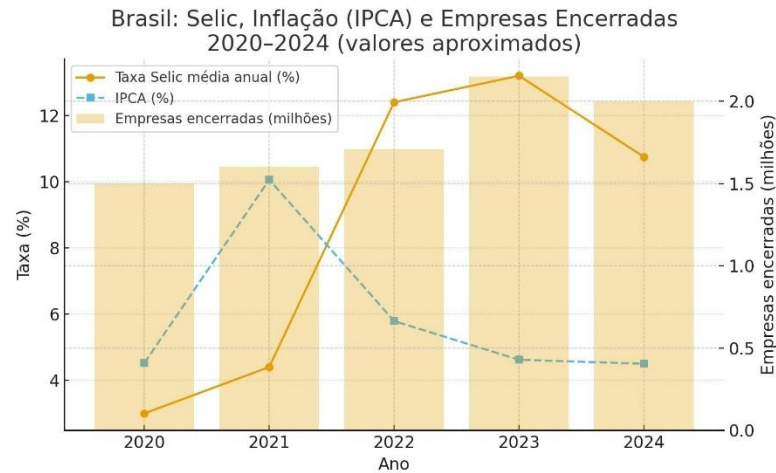
3.4 O CRÉDITO COMO PALIATIVO E FATOR DE VULNERABILIDADE

David Harvey (2011), ao analisar as crises do capitalismo, argumenta que o crédito funciona como um mecanismo temporário de absorção dos excedentes de capital. Em momentos de sobreacumulação, quando não há espaços imediatos para investimento produtivo, a expansão do crédito oferece uma saída momentânea, estimulando consumo, investimento e manutenção da rentabilidade.

Contudo, esse processo não elimina as contradições, apenas as posterga. Como destaca Harvey (2011, p. 127), “o crédito é a forma pela qual o capitalismo adia suas crises, mas ao mesmo tempo aprofunda sua vulnerabilidade futura”. Ou seja, a generalização do endividamento, seja das famílias ou das empresas, cria uma base instável, em que qualquer alteração nas taxas de juros ou nas condições macroeconômicas pode levar a uma onda de falências.

A relação entre a elevação da taxa Selic, o comportamento da inflação e o encerramento de empresas entre 2020 e 2024 pode ser visualizado na Figura 1, que evidencia como os juros elevados coincidiram com aumento de encerramentos empresariais e desaceleração inflacionária.

Figura 1 – Contraste entre Selic, inflação e empresas encerradas de 2020 - 2024



Fonte: Elaboração própria

No Brasil, essa dinâmica é visível: a política de crédito subsidiado em determinados períodos (como via BNDES) fortaleceu segmentos empresariais, mas também gerou dependência financeira. Por outro lado, o encarecimento do crédito em cenários de elevação da taxa Selic — como o observado em 2021–2023 — intensificou a mortalidade empresarial, principalmente entre micro e pequenas empresas.

Essa leitura de Harvey dialoga diretamente com a crítica ao Sebrae. Ao responsabilizar unicamente os empreendedores por sua falência, ignora-se o papel da estrutura de endividamento e das vulnerabilidades criadas por um sistema financeiro que, em vez de garantir estabilidade, funciona como gatilho para crises recorrentes. Assim, a mortalidade empresarial deve ser compreendida também como produto das oscilações do crédito e de sua função contraditória no capitalismo.

3.5 INFLAÇÃO, ENCARECIMENTO E IMPACTOS SOBRE A MORTALIDADE EMPRESARIAL

A inflação é um dos fatores centrais que condicionam a dinâmica empresarial no Brasil. Segundo Keynes (1936), o aumento generalizado de preços não é apenas resultado de pressões de demanda, mas também da rigidez estrutural das economias capitalistas, sobretudo em períodos de instabilidade.

No caso brasileiro, a inflação recente esteve associada tanto a choques de oferta, como a crise sanitária e a desorganização das cadeias produtivas globais,

quanto a pressões de demanda e políticas de preços administrados. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) destacou que, em 2021, a inflação acumulada superou 10%, pressionada principalmente pelos setores de combustíveis e alimentos.

David Harvey (2011) lembra que o encarecimento da reprodução da força de trabalho, expresso na alta dos preços de bens essenciais, impacta diretamente a taxa de lucro, levando o capital a adotar medidas defensivas, como cortes de custos e precarização do trabalho. Para pequenas e médias empresas, isso se traduz em aumento dos custos de insumos e retração da demanda, criando um ambiente de alta vulnerabilidade.

Além disso, a política monetária de combate à inflação, centrada no aumento da taxa de juros pelo Banco Central, agrava ainda mais a situação. Como assinala Bresser-Pereira (2010), a elevação da Selic encarece o crédito e reduz a capacidade de investimento produtivo, intensificando a mortalidade empresarial, sobretudo em setores mais dependentes de capital de giro.

Assim, a inflação deve ser compreendida não apenas como um fenômeno conjuntural, mas como parte da engrenagem que conecta encarecimento, juros elevados e fechamento de empresas, especialmente em economias periféricas e financeiramente vulneráveis como a brasileira.

3.6 SÍNTESE DA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A revisão teórica apresentada permite estabelecer que a mortalidade empresarial não pode ser compreendida apenas pela ótica da gestão. Ao contrário, trata-se de um fenômeno estrutural, vinculado à dinâmica contraditória da acumulação capitalista (Marx), às crises de absorção de excedentes (Harvey) e à condição dependente das economias periféricas (Marini).

Essa perspectiva crítica fornece o referencial necessário para a análise empírica do presente estudo, em especial no contexto amazônico, onde as fragilidades empresariais se articulam às especificidades regionais e à dependência estrutural do Brasil na economia global.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

A presente pesquisa é de natureza qualitativa e exploratória, fundamentada na abordagem teórico-crítica da macroeconomia marxista. Seu objetivo consiste em compreender os determinantes estruturais da mortalidade empresarial no Brasil entre 2020 e 2024, analisando os efeitos das crises econômicas recentes sobre o tecido produtivo nacional.

Adotou-se o método dedutivo, partindo da teoria geral da acumulação capitalista de Karl Marx (2017) e dos desdobramentos contemporâneos apresentados por David Harvey (2011) e Ruy Mauro Marini (1973). A partir dessa base, buscou-se identificar como as contradições do capital — expressas na financeirização, na concentração e na dependência econômica — se materializaram na dinâmica empresarial brasileira.

Como procedimentos técnicos, realizou-se uma análise documental e bibliográfica, envolvendo livros, artigos científicos, relatórios econômicos e dados oficiais do Banco Central do Brasil (BACEN), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),

Ministério da Economia, CNI (2021) e relatórios de recuperação judicial e falência de empresas entre 2020 e 2024 (Americanas, Itapemirim, Light, Gol, entre outras).

O estudo não busca generalizações estatísticas, mas interpretações teóricas e empíricas que permitam compreender a mortalidade empresarial como parte da reprodução ampliada do capital. Assim, o enfoque metodológico concentra-se na análise crítica e interpretativa, valorizando a relação entre teoria e realidade econômica.

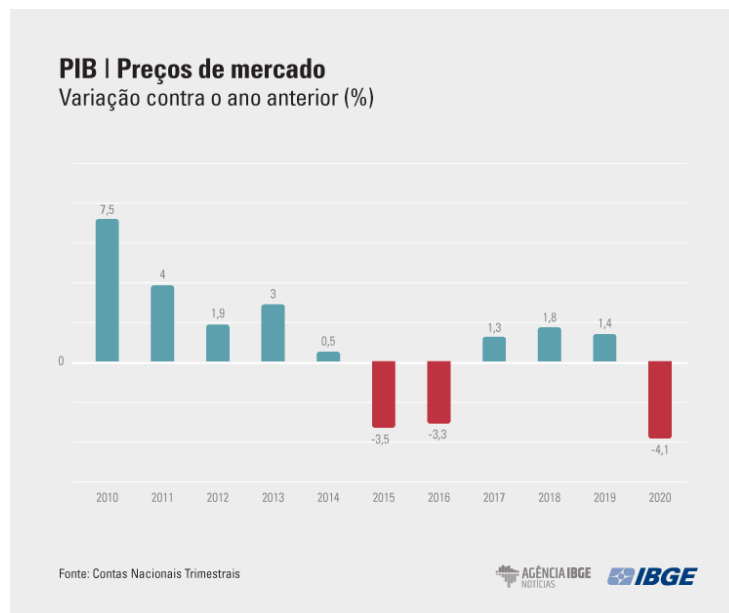
Dessa forma, a metodologia adota uma perspectiva crítica conforme o método materialista histórico-dialético, buscando compreender o fenômeno da mortalidade empresarial a partir das contradições internas do modo de produção capitalista.

5 RESULTADOS DA PESQUISA E DISCUSSÃO

5.1 PANORAMA ECONÔMICO BRASILEIRO (2020-2024)

O período de 2020 a 2024 foi marcado por uma sucessão de crises que abalaram a economia brasileira e expuseram a vulnerabilidade estrutural das empresas, sobretudo as de pequeno e médio porte. A pandemia de Covid-19, declarada pela Organização Mundial da Saúde em março de 2020, provocou paralisações abruptas em setores-chave, retraindo o PIB brasileiro a preços de mercado em -4,1% naquele ano (IBGE, 2021) conforme mostra o gráfico 1. O fechamento compulsório de atividades presenciais atingiu principalmente comércio, serviços e indústria de transformação, que respondem por grande parcela da geração de empregos no país. A demanda agregada encolheu, os custos operacionais se mantiveram ou cresceram, e milhares de empresas não resistiram à combinação de queda de receita e aumento das despesas fixas.

GRÁFICO 1 – VARIAÇÃO DO PIB BRASILEIRO A PREÇOS DE MERCADO (2010 - 2020)



FONTE: Agência IBGE

A crise sanitária logo se transformou em crise social e econômica. Segundo o DIEESE (2021), mais de 700 mil empresas fecharam as portas entre 2020 e 2021, com destaque para o comércio varejista e o setor de serviços, que foram os mais

penalizados pela necessidade de distanciamento social. A mortalidade empresarial não deve, entretanto, ser interpretada apenas como resultado de decisões de má gestão. Trata-se de uma expressão das fragilidades de uma economia periférica, altamente dependente de importações, de crédito caro e de políticas públicas muitas vezes insuficientes para sustentar a atividade em momentos de retração.

O choque provocado pela pandemia se somou a uma conjuntura internacional desfavorável, marcada por volatilidade no preço das commodities, instabilidade cambial e retração nos fluxos de capitais. O real sofreu forte desvalorização frente ao dólar, que chegou a ultrapassar R\$ 5,80 em 2021, elevando drasticamente os custos de insumos importados e pressionando cadeias produtivas. Empresas que dependiam de matérias-primas externas — como farmacêuticas, alimentícias e metalúrgicas — viram-se diante de custos crescentes sem possibilidade de repasse integral ao consumidor final. Isso asfixiou margens de lucro já apertadas, acelerando falências.

No plano doméstico, a crise se agravou com uma condução política marcada por instabilidade e ausência de coordenação centralizada eficaz. A execução de programas como o Pronampe e o Auxílio Emergencial trouxe alívio temporário, mas não alterou o quadro estrutural de vulnerabilidade das empresas. Muitos empreendimentos sobreviveram apenas graças a linhas de crédito subsidiado, mas, como ressaltava David Harvey (2011), o crédito funciona como um mecanismo paliativo que posterga a crise, sem eliminar suas causas. A partir de 2022, quando cessaram os estímulos e a política monetária tornou-se restritiva, a mortalidade empresarial voltou a crescer de forma significativa.

Além disso, a inflação voltou a ser um elemento desestabilizador central. O IPCA acumulou 10,06% em 2021 (IBGE, 2022), pressionado principalmente por combustíveis, energia elétrica e alimentos. Esse aumento reduziu o poder de compra das famílias, retraindo o consumo interno — principal motor de pequenas empresas. O aperto monetário subsequente, com sucessivos aumentos da Selic, agravou o quadro ao encarecer o crédito. Empresas que haviam se endividado para sobreviver durante a pandemia encontraram dificuldades crescentes para rolar dívidas em um ambiente de juros de dois dígitos.

Dessa forma, o contexto de 2020 a 2024 pode ser interpretado como uma espiral de choques sucessivos: pandemia, retração do PIB, inflação de custos,

desvalorização cambial, juros elevados e instabilidade política. A mortalidade empresarial nesse período não pode ser reduzida a escolhas individuais, mas deve ser entendida como reflexo das contradições estruturais de uma economia dependente, marcada por vulnerabilidades típicas do capitalismo periférico. Como destaca Ruy Mauro Marini (1973), a condição de dependência amplifica os efeitos das crises externas e aprofunda suas consequências no plano interno, tornando o fracasso empresarial parte da própria lógica do sistema.

5.2 DÓLAR, SELIC E CUSTO DO CRÉDITO

O comportamento do dólar foi um dos elementos mais decisivos para a dinâmica empresarial no período de 2020 a 2024. A desvalorização do real, intensificada durante a pandemia e em meio a crises políticas internas, elevou o custo de importação de insumos, máquinas e matérias-primas, impactando diretamente setores dependentes de cadeias globais. O câmbio ultrapassou R\$ 5,80 em 2021, de acordo com o Banco Central, tornando-se o maior patamar desde a implantação do Plano Real. Essa desvalorização não se traduziu em ganhos proporcionais para exportadores, pois muitos setores exportadores dependem de insumos importados, o que reduziu o efeito líquido da taxa de câmbio sobre suas margens. Para pequenas e médias empresas que não possuem contratos de hedge ou estrutura financeira sofisticada, as variações cambiais significaram aumento repentino dos custos e impossibilidade de planejamento estratégico.

A elevação do dólar produziu um fenômeno que se retroalimentou com a inflação de custos, encarecendo combustíveis, fertilizantes, equipamentos e medicamentos. Segundo dados do IBGE, os preços de insumos agrícolas subiram mais de 30% em 2021, refletindo-se em toda a cadeia de alimentos. Esse processo comprometeu não apenas empresas industriais, mas também aquelas ligadas ao agronegócio e ao varejo, que sofreram pressões simultâneas de custos maiores e demanda retraída. Em um contexto como esse, a sobrevivência empresarial passou a depender do acesso ao crédito. No entanto, a política monetária adotada a partir de 2021 impôs barreiras adicionais.

A Selic, que havia alcançado sua mínima histórica de 2% em agosto de 2020, iniciou um ciclo agressivo de alta em 2021, atingindo 13,75% em 2022. O Banco Central justificou a medida como necessária para conter a inflação, mas o efeito

colateral foi o encarecimento drástico do crédito empresarial. O capital de giro, já limitado, tornou-se proibitivo para milhares de empresas, principalmente aquelas que tinham dependência de financiamentos de curto prazo. A alta dos juros restringiu investimentos produtivos e levou muitas empresas a adiar planos de expansão, demitir funcionários ou simplesmente encerrar suas atividades.

5.3 CRISE DE INSUMOS, DEPENDÊNCIA E CADEIAS PRODUTIVAS

As crises cíclicas são um elemento estrutural da dinâmica capitalista, e o período entre 2020 e 2024 demonstrou com clareza esse movimento de expansão e retração descrito por Marx em *O Capital*. O sistema, ao buscar incessantemente a acumulação, cria condições artificiais de crescimento, frequentemente sustentadas por crédito e consumo, que inevitavelmente levam à saturação. No caso brasileiro, a retomada parcial do PIB em 2021 e 2022 não conseguiu reverter os efeitos devastadores da recessão de 2020, revelando que o crescimento foi frágil e incapaz de consolidar uma base sólida para a sobrevivência empresarial.

A crise cíclica manifesta-se no que Marx denominava “destruição periódica de capital”. Em outras palavras, o fechamento de empresas não é um acidente, mas parte necessária para o reequilíbrio do sistema, que elimina capitais mais fracos e concentra a produção nos mais fortes. Essa “seleção natural do capital” ocorreu no Brasil de forma evidente: empresas de grande porte, com acesso privilegiado ao crédito e à exportação, não apenas sobreviveram como ampliaram suas participações de mercado, enquanto micro e pequenas sucumbiram diante da retração da demanda e da alta dos custos.

Além dos fatores macroeconômicos, observa-se que grandes corporações frequentemente criam subsidiárias menores para ocupar nichos que seriam naturalmente preenchidos por novas entrantes. Essa prática, descrita por Bain (1956) e Porter (1980) como uma barreira estratégica à entrada, permite que conglomerados ampliem presença no mercado com preços mais competitivos e maior estrutura operacional. Como resultado, micro e pequenas empresas passam a competir não apenas entre si, mas também contra “pequenas” empresas que, na realidade, integram grandes grupos econômicos, reduzindo significativamente suas chances de sobrevivência.

O Brasil viveu uma trajetória de otimismo em 2021, com retomada parcial da atividade econômica após o choque da pandemia. Muitos empreendedores abriram negócios na esperança de aproveitar a reabertura gradual da economia. No entanto, o ciclo virou rapidamente: a inflação pressionada pelo câmbio e pelos combustíveis, combinada com a elevação da Selic, reduziu o consumo interno e encareceu o crédito. Empresas criadas nesse período de aparente recuperação não resistiram mais do que um ou dois anos, engrossando as estatísticas de mortalidade empresarial.

De acordo com a Confederação Nacional da Indústria (CNI, 2021), cerca de 69% das empresas industriais brasileiras relataram dificuldades para adquirir insumos e matérias-primas nacionais em outubro de 2021, enquanto 75% das empresas da construção civil enfrentaram o mesmo problema. Essa escassez reflete não apenas um efeito transitório da pandemia, mas uma expressão concreta da dependência estrutural da economia brasileira. A interrupção das cadeias produtivas globais revelou o quanto a indústria nacional permanece vinculada ao fornecimento externo de insumos e bens intermediários, vulnerabilidade típica de economias periféricas descrita por Marini (1973).

Ainda segundo a CNI (2021), 72% das empresas que utilizavam insumos importados tiveram dificuldade em obtê-los, mesmo com alta significativa nos preços. O aumento dos custos de insumos e matérias-primas, somado à desvalorização cambial e ao aumento do preço dos combustíveis, gerou uma inflação de custos que asfixiou a margem de lucro das empresas nacionais. Sob a ótica marxista, esse fenômeno expressa o aumento do capital constante e a conseqüente queda da taxa de lucro (MARX, 2017), o que desencadeia o fechamento de unidades produtivas menos competitivas e acelera a concentração de capital.

A mesma sondagem aponta que mais de 60% das empresas esperavam a normalização do fornecimento de insumos apenas a partir do primeiro semestre de 2022, o que evidencia o caráter prolongado da crise industrial. Tal cenário confirma a leitura de Harvey (2011) sobre a função do crédito e das cadeias globais na sustentação artificial do capital: quando há ruptura no fluxo de insumos, o sistema expõe suas contradições, levando à destruição de capital excedente e ao aumento da mortalidade empresarial. Assim, o gargalo produtivo de 2021 deve ser compreendido como um desdobramento da própria lógica de dependência e financeirização que molda o capitalismo brasileiro.

O custo do crédito empresarial pode ser interpretado, à luz de David Harvey (2011), como um mecanismo que sustenta artificialmente a economia em períodos de crise, mas que gera fragilidade estrutural. Empresas que recorreram a empréstimos subsidiados durante a pandemia enfrentaram enormes dificuldades quando as taxas foram corrigidas para patamares elevados. A inadimplência aumentou, e muitas companhias não conseguiram rolar suas dívidas, o que contribuiu para a aceleração da mortalidade empresarial. Esse movimento mostra que o crédito, embora vital em emergências, não pode substituir políticas estruturais de fortalecimento produtivo.

A gravidade da falta de crédito acessível fica evidente em dados levantados pela Federação dos Trabalhadores no Comércio no Estado de Santa Catarina (FECESC). De acordo com a matéria publicada em 2020, “de março a junho deste ano, 698.600 dos 17,2 milhões de pequenos negócios do país fecharam as portas definitivamente... Outro estudo do Sebrae mostra que 40% dos pequenos negócios já estão com dívidas em atraso, o que, de acordo com dados da Receita Federal, representam mais de 7 milhões de CNPJs endividados” (ROCHA, 2020). Essa informação reforça o ponto central de que o crédito, quando limitado e mal distribuído, não tem a capacidade de sustentar o setor produtivo em larga escala. O fechamento de quase 700 mil empresas em poucos meses não pode ser explicado apenas por falhas individuais de gestão, mas como consequência da ausência de políticas estruturais de apoio e da restrição imposta pela política monetária.

Pequenas e médias empresas foram as mais afetadas por essa conjuntura, uma vez que dependem de linhas de crédito de curto prazo e não possuem mecanismos de proteção financeira semelhantes aos das grandes corporações. O Sebrae (2023) apontou que mais de 80% das microempresas enfrentaram dificuldades para acessar crédito formal no período pós-pandemia, seja por exigências de garantias, seja pelas altas taxas de juros. Isso as deixou ainda mais vulneráveis à volatilidade do dólar e ao ambiente de inflação persistente. O resultado foi o fechamento de milhares de negócios e a ampliação da concentração de mercado.

Assim, a combinação de dólar valorizado, Selic elevada e crédito restrito compôs um tripé que reforçou as contradições do capitalismo periférico brasileiro. O câmbio pressionou custos de produção, a política monetária encareceu o crédito e a ausência de instrumentos de proteção estrutural amplificou a vulnerabilidade das empresas menores. A mortalidade empresarial não foi, portanto, um acidente

conjuntural, mas consequência direta da interação entre câmbio, juros e crédito em um contexto de instabilidade econômica. Essa realidade confirma que, em países dependentes, as políticas macroeconômicas moldam diretamente a sobrevivência ou a falência de empresas, evidenciando o caráter estrutural da fragilidade do setor produtivo.

5.4 CASOS DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL (2020-2024)

O Brasil viveu uma trajetória de otimismo em 2021, com retomada parcial da atividade econômica após o choque da pandemia. Muitos empreendedores abriram negócios na esperança de aproveitar a reabertura gradual da economia. No entanto, o ciclo virou rapidamente: a inflação pressionada pelo câmbio e pelos combustíveis, combinada com a elevação da Selic, reduziu o consumo interno e encareceu o crédito. Empresas criadas nesse período de aparente recuperação não resistiram mais do que um ou dois anos, engrossando as estatísticas de mortalidade empresarial.

A pandemia de COVID-19 representou um dos maiores choques macroeconômicos recentes, provocando forte retração da atividade produtiva, elevação da inflação global e desvalorização cambial. No Brasil, o cenário foi agravado por um mercado de trabalho fragilizado e uma taxa básica de juros em trajetória ascendente, fatores que ampliaram a vulnerabilidade das empresas, especialmente micro, pequenas e médias, frente à queda de demanda e à elevação dos custos operacionais.

Entre 2020 e 2023, diversos empreendimentos declararam falência ou ingressaram em processos de recuperação judicial. Casos como o da Livraria Saraiva, Viação Itapemirim, Ricardo Eletro, Americanas S.A. e SuperVia ilustram os impactos diretos e indiretos dos fatores macroeconômicos analisados neste trabalho.

A Livraria Saraiva, tradicional rede de varejo de livros, teve sua falência decretada em 2023, após anos de dificuldades financeiras e redução drástica de fluxo de caixa. A pandemia acentuou a queda nas vendas físicas e a migração para o consumo digital, em um contexto de desemprego elevado e inflação de serviços. A contração da renda real e a perda do poder de compra do consumidor médio foram determinantes para o colapso do modelo de negócios baseado em lojas físicas (SARAIVA, 2023).

A Viação Itapemirim S.A., símbolo do transporte rodoviário nacional, também teve a falência decretada em setembro de 2022. A empresa foi severamente atingida pela redução da mobilidade e pelo isolamento social, o que reduziu a demanda por viagens interestaduais. A elevação dos custos de combustíveis — pressionados pela desvalorização cambial — e o aumento do endividamento financeiro completaram o quadro de insolvência (ITAPEMIRIM, 2022).

Outro caso emblemático foi o da Ricardo Eletro, rede varejista que encerrou suas atividades presenciais em 2020. A queda do consumo de bens duráveis, associada à alta da inflação e ao desemprego crescente, resultou em um ambiente de inadimplência e deterioração das margens operacionais. O dólar elevado encareceu produtos importados, diminuindo a competitividade e a capacidade de reposição de estoque (RICARDO ELETRO, 2020).

A Americanas S.A., embora já fosse um gigante do varejo, evidenciou, em 2023, uma crise estrutural de governança e endividamento. A deterioração do ambiente macroeconômico, o aumento das taxas de juros e a inflação de custos de frete e logística contribuíram para o agravamento da situação financeira, culminando em pedido de recuperação judicial (AMERICANAS, 2023). Isto foi revelado em um comunicado das Americanas para seus acionistas em 2022, logo abaixo:

Figura 2 – Release de resultados do 1T de 2022



Fonte: Americanas S.A. (2022)

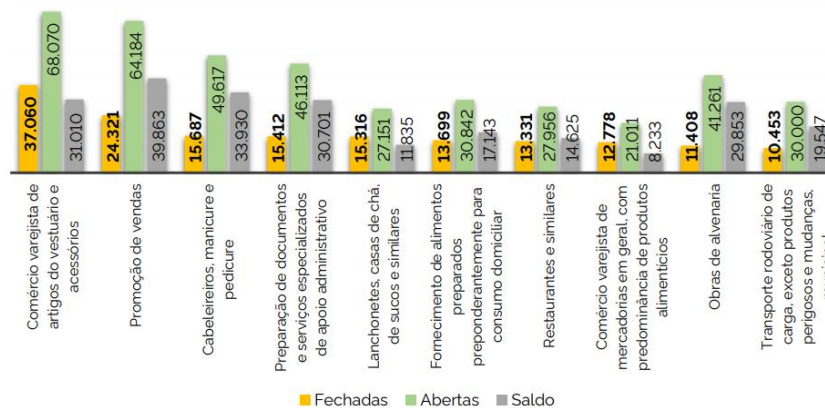
Por fim, a SuperVia, concessionária de transporte ferroviário urbano no Rio de Janeiro, perdeu mais de 50% de seus passageiros a partir de março de 2020 e entrou em recuperação judicial em 2021. O caso evidencia o impacto direto do desemprego e da redução da mobilidade urbana sobre a sustentabilidade financeira de serviços públicos concedidos, reforçando a interdependência entre a dinâmica macroeconômica e a sobrevivência empresarial (SUPERVIA, 2021).

Esses episódios evidenciam que a mortalidade empresarial brasileira durante a pandemia não se restringe a má gestão, mas reflete um contexto sistêmico em que inflação, juros, câmbio e desemprego agiram de forma combinada. As empresas com baixa digitalização, elevado endividamento e forte dependência da renda doméstica foram as mais afetadas. Em perspectiva econômica, observa-se que os choques de oferta e demanda derivados da pandemia, somados à fragilidade estrutural da economia brasileira, geraram um ciclo de desalavancagem, falência e concentração de mercado, alinhando-se às interpretações de autores como Harvey (2014) e Piketty

(2019), que associam crises a processos de recomposição de capital e intensificação das desigualdades.

Quanto às atividades de maior preponderância entre as empresas encerradas no primeiro quadrimestre, observa-se que o volume de fechamentos permanece relativamente inferior ao de aberturas, padrão recorrente nas análises de dinâmica empresarial. Ainda assim, algumas atividades se destacam negativamente. Os setores de comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios, lanchonetes, casas de chá, sucos e similares, e o comércio varejista de mercadorias em geral, especialmente de produtos alimentícios, registraram índices de fechamento que ultrapassam 50% do total de empresas abertas no período. Esse comportamento evidencia maior vulnerabilidade setorial, sobretudo em segmentos altamente sensíveis às oscilações de demanda e ao encarecimento dos insumos, conforme evidencia o gráfico abaixo:

Tabela 1 - Fluxo das atividades econômicas com mais empresas fechadas no primeiro quadrimestre de 2022.



Fonte: Governo Federal. Mapa de Empresas (2025)

Essa lógica cíclica reforça a ideia de que, no capitalismo, a falência de empresas é um mecanismo de “limpeza” que mantém o sistema funcionando. Marx já apontava que as crises funcionam como válvulas de escape que destroem capital excedente, rebaixam salários e restabelecem taxas de lucro. No Brasil, esse processo foi

acompanhado por aumento do desemprego e precarização do trabalho, o que, por sua vez, reduziu ainda mais a capacidade de consumo das famílias, retroalimentando a crise e ampliando a fragilidade das empresas.

A lógica cíclica do capitalismo pode ser representada de forma esquemática pela “Lei de Movimento” de Marx. Esse modelo mostra como a acumulação de capital, longe de gerar apenas crescimento, desencadeia também contradições internas que se manifestam em crises periódicas. O processo de acumulação conduz à queda da taxa de lucro, crises comerciais, desemprego tecnológico e, por consequência, à centralização de capital e ao empobrecimento da classe trabalhadora. Tais dinâmicas, ao se intensificarem, culminam no conflito de classes, revelando que a instabilidade e a mortalidade empresarial são inerentes ao funcionamento do sistema.

Figura 3 – Lei de movimento do Capitalismo segundo Marx.

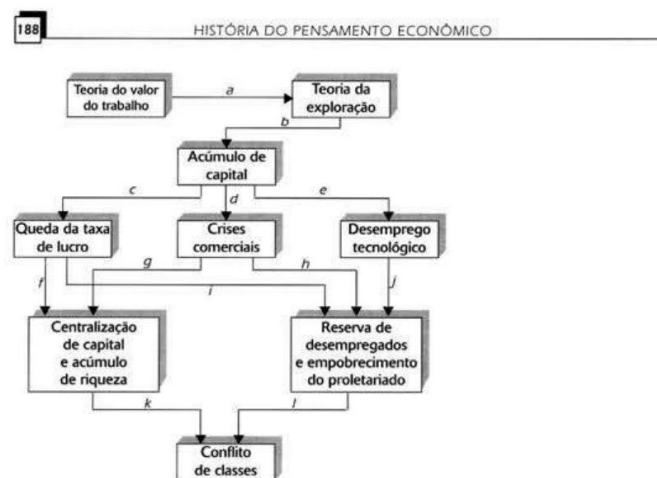


Figura 10-2 “Lei de Movimento” do Capitalismo de Marx

De acordo com Marx, como a mão-de-obra é a origem de todo o valor, a mais-valia e os lucros aumentam com a exploração dos trabalhadores (seta a). A concorrência entre os capitalistas resulta em acúmulo de capital (seta b), que causa queda da taxa de lucro, crises comerciais e desemprego tecnológico (setas c, d e e). Tais consequências produzem centralização de capital e concentração de riqueza (setas f e g), assim como aumento no nível de desemprego e da pobreza (setas h, i e j). A polarização dos capitalistas e dos trabalhadores leva ao conflito de classes (setas k e l) e à queda do capitalismo.

Fonte: História do Pensamento Econômico (2020, p.188)

A mortalidade empresarial, portanto, deve ser entendida como parte constitutiva da lógica cíclica do capital. A cada fase de expansão, novas empresas surgem, atraídas

pelo otimismo momentâneo. Porém, quando a retração se instala, apenas as corporações mais robustas permanecem. Entre 2020 e 2024, isso ficou evidente na concentração do mercado em setores como o de e-commerce e logística, onde gigantes como Amazon e Mercado Livre consolidaram suas posições, enquanto pequenos comerciantes digitais não resistiram ao aumento de custos e à competição desigual.

5.5 CRÍTICA AO SEBRAE E AO DISCURSO DA MÁ GESTÃO

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) desempenha papel relevante no fortalecimento do empreendedorismo nacional, especialmente por meio de ações de capacitação e consultoria. Contudo, a interpretação que a instituição adota sobre as causas da elevada mortalidade empresarial no país apresenta limitações analíticas. Em geral, o Sebrae enfatiza fatores como insuficiência de planejamento, fragilidades de gestão e falta de capacitação técnica dos empreendedores. Embora esses elementos possam influenciar determinados casos, tratá-los como explicações centrais reduz a complexidade do fenômeno e relativiza condicionantes estruturais que afetam o ambiente de negócios no Brasil.

Ao priorizar interpretações centradas no indivíduo, o discurso institucional atenua o peso de variáveis macroeconômicas que influenciam diretamente a sobrevivência empresarial. Aspectos como inflação persistente, elevação do custo do crédito, volatilidade cambial e retração da demanda interna afetam a continuidade dos pequenos negócios, independentemente do nível de competência gerencial de seus dirigentes. Assim, a leitura proposta pelo Sebrae tende a deslocar o foco das dinâmicas econômicas mais amplas, conferindo menor visibilidade aos fatores sistêmicos que contribuem para o encerramento de atividades.

Dados de instituições como IBGE e DIEESE apontam que, entre 2020 e 2022, parcela significativa das empresas que fecharam suas portas o fez em decorrência de pressões estruturais, como aumento de custos operacionais e redução do consumo, e não exclusivamente por falhas de gestão. Mesmo empreendedores experientes enfrentaram dificuldades em um contexto marcado pela pandemia, pela elevação da taxa Selic e pela instabilidade política. Esses resultados sugerem que explicações

centradas apenas na dimensão microeconômica não conseguem abarcar plenamente as causas da mortalidade empresarial.

Embora o Sebrae desempenhe função importante na qualificação de empreendedores, a adoção de uma perspectiva que minimiza o impacto dos condicionantes estruturais pode contribuir para a difusão de uma interpretação excessivamente individualizante do fracasso empresarial. Uma abordagem mais abrangente requer integrar fatores micro e macroeconômicos, reconhecendo que a sobrevivência de pequenos negócios depende não apenas da gestão interna, mas também das condições sistêmicas que moldam a dinâmica econômica nacional.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da mortalidade empresarial entre 2020 e 2024 revela que a explicação não pode ser reduzida a falhas de gestão ou escolhas individuais, como muitas vezes sustentado por órgãos como o SEBRAE. Os dados e a teoria marxista demonstram que inflação persistente, variação cambial e custo elevado do crédito atuaram como fatores estruturais que pressionaram especialmente as empresas de pequeno e médio porte, acentuando a concentração de mercado.

Assim, a mortalidade empresarial é expressão das contradições inerentes ao capitalismo, em que crises cíclicas, dependência externa e vulnerabilidades financeiras resultam em fechamento de negócios e intensificação da desigualdade econômica. O trabalho evidencia que compreender tais processos requer ir além de análises superficiais e reconhecer o peso das forças macroeconômicas sobre a dinâmica empresarial no Brasil.

Em síntese, a mortalidade empresarial brasileira entre 2020 e 2024 não é apenas um fenômeno conjuntural, mas uma expressão das contradições estruturais do capitalismo dependente. As crises, longe de serem anomalias, operam como engrenagens do próprio sistema, que remove capitais menos competitivos e aprofunda a desigualdade. Reconhecer esse movimento é fundamental para construir políticas econômicas que não responsabilizem o indivíduo, mas enfrentem as raízes sistêmicas da fragilidade empresarial no Brasil.

6.1 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Esta pesquisa apresenta algumas limitações inerentes ao seu caráter qualitativo e ao recorte temporal analisado. Em primeiro lugar, a ausência de dados microeconômicos individualizados das empresas limita a possibilidade de mensurar quantitativamente o impacto de variáveis como câmbio, juros e inflação sobre cada setor. Além disso, os relatórios oficiais de mortalidade empresarial nem sempre refletem o fechamento informal de negócios, especialmente no caso de microempreendedores individuais. Por fim, a instabilidade econômica e política do período 2020-2024 dificulta a separação precisa entre efeitos conjunturais e estruturais, o que reforça a necessidade de estudos futuros que aprofundem a análise em setores específicos da economia brasileira.

REFERÊNCIAS

ROCHA, Rosely. **Sem crédito do governo, 700 mil pequenos negócios fecham e 40% estão endividados**. Florianópolis: FECESC, 02 set. 2020. Disponível em: <https://www.fecesc.org.br/sem-credito-do-governo-700-mil-pequenos-negocios-fecham-e-40-estao-endividados/>. Acesso em: 21 out. 2025.

BRUE, Stanley L. **História do pensamento econômico**. Tradução da 6. ed. norte-americana. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

AMERICANAS S.A. **Americanas entra com pedido de recuperação judicial**. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Americanas>. Acesso em: 31 out. 2025.

HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). **Sondagem especial: mercado de insumos e matérias-primas em outubro de 2021**. Brasília: CNI, 2021. (Ano 21, n. 81). Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/sondagem-especial>. Acesso em: 7 nov. 2025.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. Rio de Janeiro: Vozes, 1973.

KEYNES, John Maynard. **Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Atlas, 1936.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Macroeconomia da Estagnação**. São Paulo: Editora 34, 2010.

Economia Política da Dependência e Superexploração da Força de Trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

Séries históricas do câmbio e taxa Selic. Brasília, vários anos. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br>. Acesso em: 20 out. 2025.

Macroeconomia da Estagnação. São Paulo: Editora 34, 2010.

The Nature of the Firm. London: Economica, 1937.

Sondagem especial: mercado de insumos e matérias-primas em outubro de 2021. Brasília: CNI, 2021. Disponível em:

<https://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/sondagem-especial>. Acesso em: 7 nov. 2025.

Relatório especial: impactos econômicos da pandemia. São Paulo, 2021.

Disponível em: <https://www.dieese.org.br>. Acesso em: 21 out. 2025.

O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

A Loucura da Razão Econômica. São Paulo: Boitempo, 2014.

The Strategy of Economic Development. New Haven: Yale University Press, 1958.

Contas Nacionais 2021 e Relatórios Econômicos. Rio de Janeiro, 2022.

Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 out. 2025.

Dialética da Dependência. Rio de Janeiro: Vozes, 1973.

Subdesenvolvimento e Revolução. 5. ed. Florianópolis: UFSC, 2005a.

O Capital: Crítica da Economia Política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2017 [1867].

O Capital: Crítica da Economia Política. Livro III. São Paulo: Boitempo, 2017 [1894].

O Capital no Século XXI. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.

O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de seus Problemas. Santiago: CEPAL, 1949.

Encerramento das atividades e recuperação judicial. São Paulo, 2020.

Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ricardo_Eletro. Acesso em: 31 out. 2025.

Sem crédito do governo, 700 mil pequenos negócios fecham e 40% estão endividados. Florianópolis: FECESC, 02 set. 2020. Disponível em:

<https://www.fecesc.org.br/sem-credito-do-governo-700-mil-pequenos-negocios-fecham-e-40-estao-endividados/>. Acesso em: 21 out. 2025.

Falência e crise do varejo editorial no Brasil. São Paulo, 2023. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Livraria_Saraiva. Acesso em: 31 out. 2025.

Relatório de sobrevivência das empresas brasileiras 2022–2023. Brasília: Sebrae, 2023. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br>. Acesso em: 10 out. 2025.

Comunicado ao Mercado: Pedido de Recuperação Judicial. Rio de Janeiro: Americanas S.A., 2023. Disponível em: <https://ri.americanas.io/>. Acesso em: 31 out. 2025.

Crise da Americanas: entenda o rombo contábil e o pedido de recuperação judicial. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://valor.globo.com> .Acesso em: 31 out. 2025.

Processo de falência da Viação Itapemirim S.A. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.tjsp.jus.br>. Acesso em: 31 out. 2025.

Viação Itapemirim tem falência decretada após crise agravada pela pandemia. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em: 31 out. 2025.

Ricardo Eletro fecha todas as lojas físicas em meio à crise econômica. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br>. Acesso em: 31 out. 2025.

Ricardo Eletro encerra atividades após queda de vendas e endividamento. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br>. Acesso em: 31 out. 2025.

Sentença de falência da Saraiva S.A. Livreiros Editores. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.tjsp.jus.br> .Acesso em: 31 out. 2025.

Justiça decreta falência da Livraria Saraiva após anos de crise no varejo. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br>. Acesso em: 31 out. 2025.

Processo de Recuperação Judicial da SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.tjrj.jus.br>. Acesso em: 31 out. 2025.

SuperVia entra em recuperação judicial após perda de passageiros durante a pandemia. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com>. Acesso em: 31 out. 2025.

BAIN, Joe S. **Barriers to New Competition**. Cambridge: Harvard University Press, 1956.

PORTER, Michael E. **Competitive Strategy: Techniques for Analyzing Industries and Competitors**. New York: Free Press, 1980.

STIGLITZ, Joseph E.; GREENWALD, Bruce C. **Creating a Learning Society: A New Approach to Growth, Development, and Social Progress**. New York: Columbia University Press, 2014.